



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de *software* de gestão de saúde pública com suporte técnico presencial e remoto contemplando atenção básica, atenção especializada, vigilância em saúde e sanitária, incluindo os serviços de suporte técnico, configuração e treinamento para todos os setores da área da saúde do Município de Santa Helena/SC.

1. DESCRIÇÃO GERAL DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, o Fundo Municipal de Saúde utiliza os sistemas e-SUS e e-SUS Território, disponibilizados pelo Governo Federal. No entanto, embora essas ferramentas atendam a diversas rotinas, elas não suprem a totalidade das demandas operacionais e de gestão da unidade.

Diante disso, a contratação de uma nova solução é necessária devido à iminência do término do contrato do sistema complementar vigente, o que exige a continuidade dos serviços para garantir a regularidade e eficiência das atividades da entidade.

A nova contratação buscará assegurar que as funcionalidades atualmente disponíveis sejam mantidas ou aprimoradas, bem como garantir a continuidade e a integridade dos dados e processos existentes por meio de uma migração segura e eficiente.

O principal benefício esperado é a manutenção da eficiência administrativa da unidade, garantindo que não haja interrupções nos processos internos. Dessa forma, a contratação permitirá que a unidade continue desempenhando suas funções de maneira transparente, eficiente e em conformidade com as exigências legais e normativas.

Sabendo da necessidade de manutenção dos serviços utilizados por esta municipalidade e consequentemente disponibilizados aos munícipes de Santa Helena, faz-se extremamente necessária a contratação de uma empresa especializada em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de *software* de gestão de saúde pública, com suporte técnico presencial e remoto, contemplando a atenção básica, a atenção especializada, as vigilâncias em saúde e sanitária, incluindo os serviços necessários à sua implantação, migração, treinamento, suporte técnico especializado e acompanhamento técnico permanente (corretiva e legal), com o intuito de atender todas as necessidades administrativas e legais do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Helena/SC.

A Administração precisa que os dados e informações dos administrados, bem como as administrativas, sejam mantidas em um ambiente seguro e imediatamente recuperável em caso de sinistro.

A Administração precisa que os dados e aplicativos estejam disponíveis para uso não só dentro da unidade, mas também em campo pelos agentes comunitários de saúde no desempenho de suas funções institucionais (mobilidade) e alimentando em tempo real os bancos de informações disponíveis aos setores envolvidos; O objetivo principal da escolha deste tipo de solução, é viabilizar a conectividade de todos os *laptops* e *desktops* da unidade além da integração entre os diversos setores que não ficam no edifício sede, bem como a disponibilização de acesso a servidores que desempenham atividades em campo (fiscalização atendimento ao cidadão e etc.), ou que precisam de alguma maneira desenvolver trabalhos de maneira remota, teletrabalho e/ou servidores em trânsito que precisam de informações em tempo real, entre outras necessidades de aplicação e disponibilização de ferramentas de serviço de maneira instantânea, com dados confiáveis, atualizados em tempo real. Por isso, a Administração precisa de uma solução que seja 100% (cem por cento) web.

A Administração precisa de *softwares*/aplicativos com alta disponibilidade, ou seja, disponíveis para acesso 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) dias em formato totalmente online



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

com acesso Web e com Integração e compartilhamento de informações em tempo real sem limitadores de usuário, com modo de licenças de uso. Com facilidade de manutenção e uso (remota, de qualquer lugar com acesso à internet e qualquer aparelho com Android, Linux, Windows ou Mac/iOS. Tal se justifica: (1) uma porque os módulos que forem destinados ao uso pelo cidadão, precisam estar disponíveis quando de seu uso/necessidade, considerando os principais Sistemas Operacionais do mercado; e (2) dois, para possibilitar a melhor gestão, economia de escala e maior transparência.

Por estarem disponíveis 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) dias a todos os usuários do sistema, é preciso que os dados do sistema sejam hospedados de forma segura de acordo com os requisitos de segurança da informação (Datacenter/servidor). O qual a Administração precisa que seja administrado pela contratada, por ser a detentora dos códigos fontes e da propriedade intelectual dos mesmos.

Nesse sentido, a Administração precisa, sendo essencial e imprescindível que sejam realizados serviços constantes de monitoramento, manutenção e assistência técnica de tais *softwares*, o que somente a Contratada poderá fazê-lo.

A Administração precisa aumentar receitas e otimizar recursos, gerenciando contratos de tecnologia da informação de maneira racional e eficiente. Nessa toada, a solução precisa ser disponibilizada exclusivamente no modelo SaaS (*software* como serviço), 100% (cem por cento) por meio da internet, sem limite de usuários, sem a necessidade de a CONTRATANTE adquirir licenças adicionais durante toda a vigência do contrato, melhorando a previsibilidade de aplicação de recursos e gerando economia.

Com a proximidade do fim de vigência dos atuais contratos, a Administração precisa de uma solução de informática que possa ser de imediato implantada, ou seja, que já esteja disponível no mercado.

A Administração precisa garantir mobilidade, acessibilidade, evitando retrabalho ou perda de informações e promovendo redução de custos operacionais. Ou seja, precisa que a solução possa ser acessada por diversos usuários ao mesmo tempo a aplicação e cada um podendo acessar múltiplas sessões ao mesmo tempo e com integração total entre os módulos, garantindo que os usuários alimentem as informações em cadastro ÚNICO para todas as áreas (evitando-se inconsistências e erros sistemáticos), e que sejam integráveis automaticamente os existentes e os que vierem a ser implantados, caso necessário.

A Administração precisa de uma solução que permita a sua operação de forma eficiente, racional e facilite o bom desempenho de operações, serviços, consultas, e de maneira completamente integrada entre os diversos setores.

A Administração precisa agilizar e racionalizar processos de cadastro de informações, consultas e garantir que dados estejam de acordo com outras bases nacionais do ministério da Saúde. Dessa maneira, no mínimo a solução deve integrar com as plataformas que a unidade ocupa (Ex: e-SUS, e-SUS Território).

A Administração precisa garantir a segurança e confidencialidade, de modo que os usuários só possam acessar os módulos ou dados que lhe cabem o serviço, bem como restringir a alteração e cadastro de informações, sendo, portanto, indispensável que a solução possibilite a criação de usuários e senhas com restrições de privilégios, de acordo com o tipo de usuário, bem como realizar entrada de dados apenas via sistema, não sendo permitido o acesso direto ao Banco de Dados.

Dessa maneira, se faz necessário que o sistema grave todas operações realizadas em diversos níveis e possa gerar relatórios de visualização dos logs para fins de auditoria, mantendo histórico de acessos por usuário, rotina e ação, registrando a data, hora e o nome do usuário.

A Administração precisa coibir eventuais falhas geradas por dados inconsistentes, sejam esses gerados pela própria aplicação ao longo do tempo ou então migrados de aplicações legadas, causando



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

prejuízos ou danos. Dessa forma, é necessário que o sistema disponibilize recurso para consistência de dados, de múltiplos módulos, constantes da base de dados.

A Administração precisa garantir a confiabilidade e integridade das informações. Deve a solução, nesse sentido, garantir integridade referencial entre as tabelas do Banco de Dados, não permitindo a exclusão de informações que tenham vínculo com outros registros ativos via sistema e pelo banco de dados, bem como ser construído com o conceito de controle de transações (ou tudo é gravado ou nada é gravado e nada é corrompido/comprometido), garantindo a integridade das informações do banco de dados em casos de queda de energia, de falhas de *hardware* ou *software*. O usuário sempre deverá ser informado, sobre a finalização com sucesso ou não das transações operacionais (inclusão, alteração e/ou exclusão de registros), antes de liberar o controle da aplicação para a realização de outras atividades.

A Administração precisa de eficiência na geração de relatórios e realização de tarefas que possam ser realizados por meio de configurações, sem a necessidade de intervenção da contratada, de modo que a solução disponibilize estrutura que permita configurar campos adicionais para determinadas rotinas simples, sem necessidade de customização, como adição de novos campos, criar agrupamentos de campos, definição de ordem de exibição de campos, bem como gerador de relatórios em diversos formatos de arquivos, pelo menos os mais usuais.

Ademais, diante do aumento da circulação de documentos em meio digital visando a racionalização processual, economicidade e contribuição ao meio ambiente com a Agenda 2030 da ONU. Faz-se imprescindível que o sistema possa dispor de recurso de Repositório de Certificados digitais, este recurso deverá garantir segurança, permitindo vincular certificados digitais, controlar vencimento de certificados no repositório, e permitir o uso de Assinatura Eletrônica, nas modalidades Básica, Avançada e Qualificada (conforme Lei 14.063/2020), de acordo com critérios previamente estabelecidos, viabilizando a certificação digital segura de prontuários médicos, receitas, laudos, relatórios e atos administrativos correlatos.

A Administração precisa de uma solução que atenda as regras impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Considerando a obrigação legal da entidade municipal em respeitar as normas vigentes, a solução pretendida deve atender integralmente às regras impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018). Para tanto, toda a arquitetura do *software* deve estar em estrito alinhamento com referido diploma, aplicando obrigatoriamente os conceitos de *Privacy by Design* (privacidade desde a concepção) na manipulação, armazenamento e tratamento de prontuários médicos e demais dados pessoais e sensíveis dos pacientes.

A Administração precisa de uma solução que encare a realidade da infraestrutura de *hardware*, o parque de máquinas e disponibilidade de link de internet hoje existentes, limitações da cidade/localidades, bem como heterogeneidade e compatibilidade de sistemas operacionais (SO) de *hardware* (das máquinas atuais e ou que possam ser adquiridos no futuro), de modo que, de acordo com a área de aplicação, seja compatível com as principais referências de SO no mercado a citar versões usuais: sistemas Linux, Windows 10 e 11, MacOS 11, 12, 13, no caso de *laptops/desktops*, Android e iOS, no caso de tablets e smartphones.

A Administração precisa de uma solução que tenha por premissa a democratização da universalidade do acesso aos recursos computacionais pelos usuários internos e externos. Portanto, do ponto de vista estratégico e funcional, a solução deve ser operável através dos principais navegadores padrão do mercado, e compatível com equipamentos móveis, visando assim a maior abrangência possível do acesso, tanto dos servidores públicos, como do cidadão.

A Administração precisa que os servidores municipais possam extrair os melhores resultados, em termos de eficiência e racionalidade de operação, bem como dos benefícios esperados pelo uso da solução de softwares de gestão em saúde. Por isso, a interface dos *softwares* e aplicativos deve ser intuitiva,



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

possibilitando operação simples, ainda que pelos usuários sem expertise. Uma interface intuitiva permitirá uma relação mais humanizada com a utilização do sistema.

A Administração vislumbra ainda, possível necessidade de treinamento dos servidores públicos para utilização das ferramentas contratadas, visando melhor aderência e conhecimento. Todavia, a Administração precisa que tais treinamentos sejam realizados durante o período destinado a implantação do sistema, de modo a não prejudicar o andamento das atividades, quando a solução estiver disponível para uso pelos servidores.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Santa Helena/SC, contudo, será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Diante do cenário apresentado e em observância às recomendações do Guia de Boas Práticas do Tribunal de Contas da União, que orienta a definição prévia dos requisitos de negócio, este Estudo Técnico Preliminar conclui que a contratação mais adequada é a de empresa especializada em tecnologia da informação para o desenvolvimento, licenciamento e suporte técnico, presencial e remoto, de *software* de gestão de saúde pública para atender às demandas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Helena/SC.

A solução deve garantir a integração entre os setores, centralização e confiabilidade dos dados, segurança das informações e facilidade de acesso a relatórios e indicadores para subsidiar decisões e políticas públicas.

A Administração Municipal pauta esta necessidade nos princípios da eficiência, continuidade, disponibilidade e responsabilidade socioambiental. Para tanto, os requisitos indispensáveis da solução compreendem um *software* nativamente web, responsivo e seguro, com interface intuitiva e capaz de operar integralmente via internet e dispositivos móveis, priorizando o armazenamento em nuvem e a redução do uso de papel através da digitalização. O sistema deverá contemplar a abrangência funcional de todos os módulos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, viabilizando o prontuário eletrônico único, controle de consultas, exames, estoques e medicamentos, além da emissão automatizada de relatórios gerenciais e atendimento em tempo real.

Um ponto crítico da contratação refere-se à continuidade operacional e à migração de dados; caso o vencedor do certame seja uma empresa distinta da atual fornecedora, o novo sistema deverá assegurar a migração completa e eficiente do acervo existente, preservando a integridade das informações.

A futura contratada deverá garantir suporte técnico contínuo, com SLA definido e capilaridade para treinamento *in loco* de todas as equipes, assegurando que os prazos de implantação não causem prejuízos à continuidade dos serviços essenciais.

Quanto à natureza jurídica e duração do ajuste, o serviço é classificado como de natureza continuada, dada a necessidade permanente de gestão integrada para o pleno funcionamento da saúde municipal. O contrato deverá ser celebrado por um período inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogações sucessivas por até 15 (quinze) anos, conforme previsto no artigo 114, da Lei nº 14.133/2021, condicionadas à avaliação de resultados e conformidade técnica. Ressalta-se que todos os requisitos técnicos definitivos, padrões de desempenho e obrigações detalhadas estarão estabelecidos no Termo de Referência, sendo que as versões anteriores deste estudo foram classificadas como obsoletas para garantir a fidedignidade do planejamento atual.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade de modernização e integração dos processos da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Helena/SC, foi realizado um levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções tecnológicas disponíveis para informatização da gestão em saúde. Entre as alternativas possíveis, destacou-se a existência de 3 (três) tipos principais de soluções:



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

- Sistemas de *software* em ambiente web com armazenamento em nuvem.
- *Softwares* do tipo desktop instalados localmente em cada computador usuário.
- Soluções mistas, que combinam componentes locais (*desktop*) e acesso remoto via web.

A alternativa do *software* em *desktop*, apesar de tradicional, apresenta limitações importantes, como a necessidade de manutenção individual em cada equipamento, dificuldade na atualização centralizada, risco de perda de dados locais e ausência de integração em tempo real entre diferentes setores e unidades.

A solução mista, por sua vez, é relativamente mais flexível, porém ainda demanda suporte técnico local, manutenção de ambientes híbridos e pode apresentar barreiras quanto à unificação completa dos dados, além de possíveis dificuldades na escalabilidade e interoperabilidade. Ambas as alternativas podem acarretar custos crescentes com infraestrutura, atualizações e suporte, além de possíveis inconsistências de dados em ambientes descentralizados.

Justifica-se, assim, de modo técnico e econômico, a escolha da contratação de um *software* em ambiente web, com armazenamento em nuvem, visto que esta alternativa oferece facilidade de acesso remoto, integração de informações entre todas as unidades e setores em tempo real, maior segurança dos dados, atualizações automáticas e centralizadas, bem como redução de custos operacionais ligados à infraestrutura física e suporte técnico.

Além disso, a tecnologia em nuvem garante maior disponibilidade do sistema, escalabilidade conforme as demandas da administração e aderência às legislações de proteção e sigilo de dados.

Dessa forma, a opção selecionada contribui significativamente para otimizar a gestão da saúde, aumentar a eficiência administrativa, assegurar a transparência e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população do Município.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

Estimativas das quantidades para a contratação, de modo a possibilitar a economia de escala, com base nas necessidades da Administração, atendendo de forma sistêmica:

LOTE UNICO - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA			
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
01	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS SOB DEMANDA (RESERVA TÉCNICA)		
1	100	Hora	Serviços de atendimento técnico presencial(quando solicitado).
2	100	Hora	Serviço de desenvolvimento e personalização(quando solicitado).
02	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA		
3	1	Serviço	Serviços de diagnóstico, migração de dados (prontuários e informações complementares), configuração, habilitação e treinamento de usuário.
03	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
4	12	Meses	Gestão de Almoxarifado: Controle de estoque de materiais de consumo (laboratório , ambulatório), expediente, limpeza e correlatos da Secretaria de Saúde, com controle de lotes, validade e inventário.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

5	12	Meses	Gestão da Central de Regulação do Município, incluindo Concessão de Benefícios, Insumos, Procedimentos, Consultas e Cirurgias possibilitando o controle e gestão de contratos com prestadores de serviços da rede municipal ou terceiros, gerando produção MAC, incluindo faturamento e extrato financeiro do paciente.
6	12	Meses	Gestão de Laboratório de Análises Clínicas para gestão da demanda de solicitação de exames, emissão de laudos, disponibilização de resultados de maneira individual e coletiva e online.
7	12	Meses	Gestão De Farmácia Básica, Judicial e de Controle de Insumos (almoxxarifado):Compras, controle de medicação de uso contínuo, integrado ao sistema HÓRUS, atendendo todos os critérios da portaria 344 da Vigilância Sanitária).
8	12	Meses	Gestão de Frotas para Tratamento Fora de Domicílio (TFD): Controle de agendamentos, com a geração de roteiro, produção MAC, central de custos.
9	12	Meses	Suporte técnico ativo ao sistema e-SUS AB, e-SUS Território e envio de produção da Vigilância Sanitária, parametrizações, configurações, Auxílio na utilização dos sistemas CNES, FPO, SIA, SISAB responsáveis pelo processo de controle de monitoramento e avaliação dos envios de produção; O atendimento deverá ser realizado via chamado técnico virtual ou ligação de voz, devendo a proponente viabilizar esta tecnologia sem custos adicionais à entidade.
10	12	Meses	Licença do Software de B.I. – Business Intelligence (Sistema de Inteligência de Negócios) conectado ao sistema e-SUS e e-SUS território para extração de informações de cadastros, atendimentos, críticas de atendimento, emissão de relatórios, e mapa de saúde inteligente, além de painéis e indicadores específicos de produtividade, metas e cobertura das visitas domiciliares das Agentes de Saúde.
11	12	Meses	Licenciamento de software de comunicação com o paciente por meio de mensagens via SMS ou WhatsApp (Software de integração de mensagens possibilitando aviso automático de consultas, transporte, medicação, além de mensagens personalizadas.
12	12	Meses	Painel de chamadas integrado ao e-SUS.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o documento “Mapa de Formação de Preço” anexado a este processo, no qual se encontra o detalhamento dos critérios e cálculos utilizados para obter-se o valor total estimado e máximo da contratação para o período de 12 (doze) meses, apurou-se um valor de R\$ **112.661,89** (cento e doze mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS SOB DEMANDA (RESERVA TÉCNICA)				

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0111 - WhatsApp
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

1	100	Hora	Serviços de atendimento técnico presencial(quando solicitado).		
2	100	Hora	Serviço de desenvolvimento e personalização(quando solicitado).		
02	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA				
3	1	Serviço	Serviços de diagnóstico, migração de dados (prontuários e informações complementares), configuração, habilitação e treinamento de usuário.		
03	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
4	12	Meses	Gestão de Almoxarifado: Controle de estoque de materiais de consumo (laboratório, ambulatorio), expediente, limpeza e correlatos da Secretaria de Saúde, com controle de lotes, validade e inventário.		
5	12	Meses	Gestão da Central de Regulação do Município, incluindo Concessão de Benefícios, Insumos, Procedimentos, Consultas e Cirurgias possibilitando o controle e gestão de contratos com prestadores de serviços da rede municipal ou terceiros, gerando produção MAC, incluindo faturamento e extrato financeiro do paciente.		
6	12	Meses	Gestão de Laboratório de Análises Clínicas para gestão da demanda de solicitação de exames, emissão de laudos, disponibilização de resultados de maneira individual e coletiva e online.		



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

7	12	Meses	Gestão De Farmácia Básica, Judicial e de Controle de Insumos (almoxarifado): Compras, controle de medicação de uso contínuo, integrado ao sistema HÓRUS, atendendo todos os critérios da portaria 344 da Vigilância Sanitária).		
8	12	Meses	Gestão de Frotas para Tratamento Fora de Domicílio (TFD): Controle de agendamentos, com a geração de roteiro, produção MAC, central de custos.		
9	12	Meses	Suporte técnico ativo ao sistema e-SUS AB, e-SUS Território e envio de produção da Vigilância Sanitária, parametrizações, configurações, Auxílio na utilização dos sistemas CNES, FPO, SIA, SISAB responsáveis pelo processo de controle de monitoramento e avaliação dos envios de produção; O atendimento deverá ser realizado via chamado técnico virtual ou ligação de voz, devendo a proponente viabilizar esta tecnologia sem custos adicionais à entidade."		
10	12	Meses	Licença do Software de B.I. – Business Intelligence (Sistema de Inteligência de Negócios) conectado ao sistema e-SUS e e-SUS território para extração de informações de cadastros, atendimentos, críticas de atendimento, emissão de relatórios, e mapa de saúde inteligente, além de painéis e indicadores específicos de produtividade, metas e cobertura das visitas domiciliares das Agentes de Saúde.		



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

11	12	Meses	Licenciamento de software de comunicação com o paciente por meio de mensagens via SMS ou WhatsApp (Software de integração de mensagens possibilitando aviso automático de consultas, transporte, medicação, além de mensagens personalizadas.		
12	12	Meses	Painel de chamadas integrado ao e-SUS.		
VALOR TOTAL MÁXIMO PARA O LOTE R\$					

7. RESULTADOS PRETENDIDOS

A principal finalidade da contratação desse sistema em ambiente 11web é garantir a continuidade ininterrupta das atividades essenciais do Fundo Municipal de Saúde. Essa continuidade deve ser assegurada independentemente de o vencedor do processo licitatório ser o atual fornecedor ou um novo prestador de serviços, considerando que o contrato vigente está próximo do término.

Dentre os resultados pretendidos, faz-se importante destacar os seguintes:

1. Continuidade Operacional e Institucional:

- Assegurar que não haja interrupções nos processos administrativos, garantindo a plena execução das atividades.
- Implementar uma transição eficiente e segura, com migração dos dados existentes de forma íntegra e sem prejuízo para as informações atualmente armazenadas.
- Permitir a continuidade do uso de funcionalidades essenciais para a gestão administrativa, independentemente de mudanças no fornecedor do sistema.

2. Economicidade e Eficiência:

- Evitar custos adicionais relacionados a atrasos ou falhas na implementação de um novo sistema ou na continuidade do atual.
- Manter um fluxo de trabalho otimizado, com eliminação de possíveis gargalos ou retrabalhos decorrentes da troca de solução tecnológica.

3. Mitigação de Riscos:

- Reduzir o risco de descontinuidade dos serviços administrativos, que poderia comprometer o cumprimento das obrigações institucionais da administração.
- Estabelecer medidas contratuais claras para assegurar que o processo de implantação e migração, se necessário, seja executado com eficiência e dentro dos prazos estabelecidos.

4. Adaptação e Flexibilidade:

- Garantir que o sistema contratado, atenda aos requisitos técnicos e legais, além de oferecer a flexibilidade necessária para futuras adaptações ou melhorias.
- Capacitar os servidores para o uso eficiente da solução, reduzindo os impactos de uma eventual curva de aprendizado.

5. Conformidade e Transparência:

- Reforçar a conformidade com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, no que diz respeito à transparência e eficiência na gestão de recursos públicos.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0111 - WhatsApp
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

- Assegurar que os dados e processos administrativos continuem sendo geridos de forma segura e auditável.

Por fim, a continuidade das atividades administrativas é o principal resultado pretendido com esta contratação, sendo indispensável garantir que os serviços essenciais da administração não sejam interrompidos.

Os indicadores de desempenho que serão estabelecidos deverão focar na eficiência da transição (quando aplicável), na integridade dos dados migrados e na plena funcionalidade do sistema, para assegurar que os objetivos institucionais do Fundo Municipal de Santa Helena/SC sejam plenamente atendidos.

8. IMPACTOS AMBIENTAIS

A solução escolhida por esta administração está adequada aos preceitos de licitações sustentáveis, de modo que minimize os impactos ambientais diminuindo o uso exacerbado de papel em processos manuais na administração pública e agiliza os procedimentos.

Com o uso de um *Software* em nuvem não é necessário que se tenha um servidor físico no ambiente, diminuindo os custos de energia com salas climatizadas para este fim, bem como a necessidade de cabeamento e profissional adequado para manutenção.

Ao trazer uma plataforma eficiente de gestão, é possível trazer mais agilidade nos processos com aplicação das políticas públicas reversas e de conscientização ambiental.

A solução proposta contempla os objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados nas dimensões de desenvolvimento sustentável – econômica, social, ambiental e institucional de forma integrada e transversal para o atingimento das metas associadas a Agenda 2030 das Nações Unidas, melhorando indicadores como:

- Uso eficiente de insumos, materiais e serviços;
- Gestão de resíduos;
- Saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação de pessoal, para utilização de nova tecnologia de ERP, mais sustentável;
- Redução do deslocamento de pessoal técnico, visando suporte e assistência técnica de *software*, e de cidadão por meio de serviços pela internet, contribuindo para a redução de emissões de substâncias poluentes;
- Fomentar a equidade, diversidade e acesso à informação e dos serviços públicos, ao serem disponibilizados pela internet.

9. JUSTIFICATIVAS PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Tratam-se de serviços que se recomendam a sua aglutinação por se tratarem de serviços relacionados a sistema estruturante, integrado. O julgamento por menor preço global, ou preço total do LOTE em nada restringe a participação, e não justificaria o parcelamento dos itens, uma vez que não será eficaz para Administração a celebração de diversos contratos, o que poderia prejudicar execução simultânea dos serviços e a gestão e fiscalização de inúmeros profissionais técnicos das licitantes envolvidas na execução dos serviços e heterogeneidade de modelos de negócio, linguagem de programação, diferentes tecnologias envolvidas e códigos envolvendo relações de propriedade intelectual.

O parcelamento dos itens no presente caso ao invés de proporcionar a Administração economicidade poderá causar prejuízos e interrupções temporárias da disponibilização de um ou mais serviços em razão de complicações que geralmente surgem principalmente no que se refere aos serviços de suporte técnico, o não cumprimento de forma simultânea e organizada, e ainda o descumprimento de



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

obrigações de uma outra contratada iria ocasionar a interrupção e atrasos na execução dos serviços objeto desta licitação, podendo provocar graves riscos e prejuízos à Administração.

Tal exigência não se mostra desarrazoada a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. A prudência e cautela são sempre recomendáveis em licitações cujo objeto se trata de serviços técnicos especializados, para que não incidam sobre ele acusações de má administração de recursos públicos e a Administração Pública venha a promover a seleção de empresas verdadeiramente aptas a cumprir o objeto contratual com a qualidade que se espera.

Aliás, quanto a possível questionamento de aglutinação de objeto, o Tribunal de Contas da União entende que o mandamento da Súmula 247 deve ser interpretado de forma que os itens de uma licitação, destinados a um fim ou objeto único podem ser agrupados, não podendo se restringir a literalidade do mandamento:

“A interpretação da Súmula/TCU 247 não pode se restringir à sua literalidade, quando ela se refere a itens. A partir de uma interpretação sistêmica, há de se entender itens, lotes e grupos” (Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara, TC 015.249/2014-0, relator Ministro José Jorge, 23.9.2014).

Na mesma linha já se manifestou o TCE/MG:

DENÚNCIA. IMPROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. A ADJUDICAÇÃO POR GRUPO DE ITENS OU LOTE, IN CASU, FOI OPORTUNA PARA MELHOR ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO, ANTE A CONSTATAÇÃO DE QUE OS ITENS COMPÕEM UM CONJUNTO PADRONIZADO, GUARDANDO CORRELAÇÃO ENTRE SI, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM AFRONTA À SÚMULA 247 DO TCU, SENDO IMPRESCINDÍVEL, TODAVIA, JUSTIFICAR-SE A ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO ADOADO, EIS QUE A REGRA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, É A DA ADJUDICAÇÃO POR ITEM. (TCE-MG - DENÚNCIA DEN 932490). Grifei.

É condição do alcance dos objetivos e atendimento das necessidades da Administração, a contratação de único fornecedor, de modo a resguardar o interesse desta administração em manter um único ambiente de tecnologia, possibilitando a integração e um melhor gerenciamento trazendo redução de custos com novos investimentos tecnológicos. Proporcionando a esta administração a redução de custos no fornecimento em escala, sem a necessidade de realização de diversos treinamentos de plataformas com funcionalidades diferentes.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

11. PROVIDÊNCIAS E PREPARATIVOS

Previamente à celebração do contrato, a Administração deve garantir o acesso aos dados a serem legados, de maneira completa, íntegra, acessível e legível, de maneira a possibilitar a sua migração/conversão para a nova plataforma de ERP.

Inclusive, deve ser obrigatório em todos os contratos que envolvam bancos de dados da Contratante, que existam cláusulas prevendo que ao final de sua vigência, o fornecedor entregue as informações de maneira adequada, completa e utilizável.

O tipo de contratação recomenda a realização de sessão para PROVA DE CONCEITO, de modo que devem ser selecionados e capacitados previamente os servidores responsáveis, bem como estabelecidas no Edital as regras e roteiro a ser seguido pelos participantes.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

Profissionais da área de Tecnologia da Informação deverão estar disponíveis, tanto para visitas técnicas que antecedem a abertura do certame, para que interessados tenham acesso a informações pertinentes a formulação de suas propostas, bem como para orientação e tratativas com a futura contratada, quanto a cronogramas de trabalho e dificuldades que devam ser superadas, nos limites contratuais.

Se considerado pertinente pelo gestor de área, servidores podem ser capacitados para realização de atividades de fiscalização e gestão contratual.

12. CONCLUSÃO DO ESTUDO – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o desenvolvimento, licenciamento e suporte de *software* de gestão de saúde pública, abrangendo atenção básica, atenção especializada, vigilância em saúde e sanitária, bem como a prestação de serviços de suporte técnico presencial e remoto, configuração e treinamento para todos os setores da área da saúde do Município de Santa Helena/SC, apresenta-se adequada e necessária para o atendimento das demandas identificadas.

A solução se mostra, portanto, mais eficiente e eficaz na medida que benefícios inúmeros são trazidos a Administração, melhorando os serviços públicos e a transparência da gestão.

A solução também se apresenta economicamente viável e vantajosa, inclusive com a flexibilidade de trabalho dos profissionais públicos no mister de suas funções institucionais, seja internamente, quanto externamente, bastando acesso à internet e um *laptop*, *tablet* ou celular, tornando imediatamente efetivas as ações realizadas, sejam elas de fiscalização, orientação ou meramente burocráticas.

A solução pretendida também enaltece o princípio da continuidade do serviço público, sendo imprescindível em termos de segurança e operacionalidade.

Dessa forma, opinamos favoravelmente pelo prosseguimento do processo de contratação, considerando que a solução proposta atende aos requisitos técnicos, operacionais e estratégicos estabelecidos.

Santa Helena/SC, 08 de Junho de 2026.

Daniele Garbin

Assessor de Alimentação de Programas da Saúde

Rozangela Claudia Welter

Secretária designada do Fundo Municipal de Saúde

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0111 - WhatsApp
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC